

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1018579-08.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Exibição - Medida Cautelar**
 Requerente: **Benedita Pereira Mendes Maia**
 Requerido: **Jl Cestas Basicas**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo**

Vistos

BENEDITA PEREIRA MENDES MAIA ajuizou a presente **MEDIDA CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS** em face de **JL CESTA BÁSICA**, todos devidamente qualificados. Aduziu o requerente, em síntese, que necessita de cópia dos contratos e documentos referentes a um débito apontado no SERASA/SCPC para analisar eventual ilegalidade.

Com a inicial, vieram os documentos de fls. 05 e ss.

O banco requerido foi citado regularmente e apresentou os documentos às fls. 70/72.

A fls. 77/81 a autora se mostrou satisfeita com a documentação apresentada.

É O RELATÓRIO.**DECIDO.**

A presente medida cautelar tem caráter satisfativo. Sua finalidade é a exibição e posterior conferência de documentos arquivados em repartição da requerida.

1018579-08.2015.8.26.0566 - lauda 1

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

A requerida não negou o dever de exhibir, tampouco a existência dos referidos documentos.

Após ser citada, compareceu e apresentou os documentos solicitados.

A autora tem legítimo interesse na aludida exibição, a pretexto de conferir e analisar a documentação que acabou ensejando a negatização de seu nome nos órgãos de proteção ao crédito.

Às fls. 81 mostrou-se satisfeita com a documentação.

A presente decisão tem assim conteúdo meramente homologatório, uma vez que não houve resistência efetiva da requerida em face do pedido inicial.

Isso posto, **JULGO POR SENTENÇA** a presente ação e condeno a requerida no pagamento das custas e despesas do processo, além de honorários advocatícios que fixo em R\$ 880,00.

P. R. I.

São Carlos, 22 de junho de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**